



DESENVOLVIMENTO OU MODERNIZAÇÃO: UMA ANÁLISE PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL NO PERÍODO PÓS 2010

DEVELOPMENT OR MODERNIZATION: AN ANALYSIS OF THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL IN THE POST-2010 PERIOD

DOI: 10.5281/zenodo.21926119



George Felipe Rezendes Tada¹

Fábio Rodrigues da Costa²

RESUMO

Este artigo analisa o processo de formação territorial de Mato Grosso do Sul a partir da revisão dos principais acontecimentos históricos que marcaram a ocupação da porção sul do antigo estado de Mato Grosso e sua criação em 1977. Busca-se compreender como fatores políticos e econômicos contribuíram para a organização do território e para a definição de suas bases produtivas. Além disso, discute-se o recente crescimento econômico do estado, especialmente após 2010, problematizando em que medida esse processo pode ser entendido como desenvolvimento ou se o rápido crescimento econômico refletiu apenas o processo de modernização econômica, concentrada em determinados setores e com impactos limitados sobre as condições de vida da população. Conclui-se que embora tenha apresentado crescimento, sua estrutura econômica voltada para o atendimento das demandas externas mantém os benefícios do crescimento econômico restritos a uma pequena elite econômica, já que o aumento da renda esteve associado à especialização produtiva via realocação de recursos para produção de bens primários. Quanto à análise comparativa dos indicadores, o estado apresentou bons números na maioria das variáveis analisadas, entretanto, identificou-se vulnerabilidades em indicadores das áreas de infraestruturas e desigualdade, o que implica em avanços limitados na qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Modernização. Crescimento econômico. Mato Grosso do Sul.

1 Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar Campo Mourão (2026).

2 Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM (2013). Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – Unespar Campo Mourão.





ABSTRACT

This article analyzes the process of territorial formation in Mato Grosso do Sul through a review of the main historical events that shaped the occupation of the southern portion of the former state of Mato Grosso and culminated in the creation of Mato Grosso do Sul in 1977. It seeks to understand how political and economic factors contributed to the organization of the territory and the establishment of its productive structure. Furthermore, it discusses the state's recent economic growth, particularly after 2010, examining the extent to which this process can be understood as development or whether the rapid economic expansion merely reflected a process of economic modernization concentrated in specific sectors, with limited effects on the population's living conditions. The findings indicate that, despite its economic growth, the state's economic structure, oriented toward meeting external demand, has confined the benefits of growth to a small economic elite, as rising income has been associated with productive specialization through the reallocation of resources toward the production of primary goods. Regarding the comparative analysis of the indicators, the state performed well across most of the variables examined; however, vulnerabilities were identified in infrastructure and inequality indicators, suggesting that improvements in the population's quality of life have remained limited.

Keywords: Development. Modernization. Economic growth. Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

De acordo com Siedenberg (2006), desenvolvimento é um conceito ambíguo e difuso, ou seja, um conceito que ainda não está definitivamente delineado e estabelecido. Souza (2007) concorda que não há uma definição universal aceita para o termo desenvolvimento. Segundo o autor, há pelo menos duas correntes de economistas que se distinguem quanto à conceituação de desenvolvimento. Uma de aspiração mais teórica interpreta crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Entre estes estão os teóricos de tradição neoclássica, como os modelos de Meade e Solow, e os de inspiração keynesiana, como Harrod, Domar e Kaldor. Estes teóricos entendem que um país ou região é menos desenvolvido à medida que não utilizam eficientemente todos os seus recursos disponíveis e crescem menos do que as regiões desenvolvidas.

A segunda corrente, ainda segundo Souza (2007), é composta por economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurkse, os quais elaboraram uma análise mais próxima à realidade das economias ditas subdesenvolvidas. Para esses autores, o crescimento econômico aparece como uma simples variação do produto, ou seja, o aumento quantitativo da produção





(PIB). Já o desenvolvimento engloba uma evolução estrutural da economia, transformando-a eficientemente, passando de uma situação arcaica para a modernidade e, principalmente, resultando em na melhoria da qualidade de vida da população (SOUZA, 2007).

De acordo com Bresser-Pereira (2006), a utilização dos termos desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos está atrelada ao fato de que o desenvolvimento, portanto, a mudança estrutural da economia e na sociedade, ocorrer juntamente com o crescimento da renda *per capita*. Segundo o autor, apenas em países produtores de petróleo foi possível um aumento da renda *per capita* sem a devida mudança estrutural na economia. Por outro lado, Kugelmas (2007) argumenta que analisar desenvolvimento sob a perspectiva política é não aceitar desenvolvimento econômico e crescimento econômico como sinônimos. Desenvolvimento econômico trata de temas mais amplos, como a transformação estrutural da economia, além de questões de cunho social e político, questões não debatidas quando analisado o crescimento econômico em si. Assim, é perfeitamente possível a expansão do crescimento econômico com pouco desenvolvimento, casos em que o crescimento da economia reforça as estruturas já existentes e concentra a renda gerada. Portanto, nas palavras do autor, “[...] o crescimento é condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento pleno propriamente dito” (KUGELMAS, 2007, p.10).

Para Oliveira (2002), o desenvolvimento deve ser entendido como um processo complexo, que envolve mudanças estruturais de caráter econômico, político, humano e social. Dessa forma, não pode ser lido apenas como variação positiva no produto nacional, mas deve haver crescimento econômico revertido para a atender as mais diversas necessidades e garantir a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Semadesc (2025), a taxa de crescimento do PIB de Mato Grosso do Sul foi a segunda maior em 2023. O estado registrou variação de 13,4%, mais de quatro vezes acima da taxa de crescimento do PIB nacional, que foi de 3,2%, e ficou atrás apenas da taxa de crescimento registrada no Acre (14,7%).





Dados divulgados Sistema de Contas Regionais – 2023, IBGE (2025a), permitiram calcular a taxa média de crescimento da produção a partir de 2010. Constatou-se que a economia sul-mato-grossense apresentou forte dinâmica de crescimento no período 2010/2023, visto que ocupou a quarta colocação em matéria de crescimento econômico entre as 27 Unidades da Federação. A taxa de crescimento calculada para Mato Grosso do Sul foi de 3,15% a.a., atrás apenas das taxas de crescimento registradas nos estados de Mato Grosso (4,5% a.a.), Roraima (3,87% a.a.) e Tocantins (3,65% a.a.).

Dessa forma, este artigo, que é parte de uma pesquisa de mestrado, tem como objetivo compreender os processos histórico e econômico de formação do estado de Mato Grosso do Sul, avaliando os impactos deste no processo de desenvolvimento/modernização ocorrido na segunda década do século XXI. Para tanto, o trabalho está estruturado nesta introdução e mais três seções. A segunda seção apresenta os acontecimentos históricos da formação do atual estado de Mato Grosso do Sul, que se inicia, principalmente, após a Guerra do Paraguai. Na terceira seção, são analisados os dados econômicos do período recente, com objetivo de evidenciar a estrutura produtiva e a dinâmica que fizeram a economia do estado estar entre as maiores taxas de crescimento do país. Por fim, a quarta seção procura identificar se os ganhos econômicos advindos durante este processo de crescimento dos últimos anos refletiram efetivamente em ganhos sociais para toda a população.

FORMAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

A criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 11 de novembro de 1977, não foi acaso do destino. Pelo contrário, conforme Bittar (2017), forças políticas se articularam para a realização deste feito. Cabe o resgate histórico do processo de ocupação e formação da parte sul do estado de Mato Grosso (uno), que auxilia no entendimento do seu processo expansão.

De acordo com Missio e Rivas (2019), o processo de colonização - iniciado no período colonial - não tinha outra finalidade que a exploração das terras, principalmente pela exploração de metais preciosos determinada por Portugal, de modo que povoar o território





não teria sido seu propósito. Durante o período colonial, a exploração do interior se deu apenas para a busca por metais preciosos e por mão de obra indígena para atender à demanda de trabalho escravo. Dessa forma, surgem “[...] as primeiras penetrações no território sul-mato-grossense pelos denominados bandeirantes da capitania de São Vicente” (MISSIO e RIVAS, 2019, p. 607).

Somente a partir do século XVII que o território atualmente conhecido como Mato Grosso do Sul passou a integrar a América Portuguesa, visto que anteriormente fazia parte do domínio dos espanhóis. Entretanto, a presença dos bandeirantes tinha caráter “despovoador”, já que a penetração no território era para escravizar índios, aprisionando, dizimando e afugentando os povos originários ali estabelecidos (MISSIO e RIVAS, 2019). Conforme Bianchini (1994), o território sul do Mato Grosso era habitado por inúmeras tribos indígenas, dentre os quais os Terena, os Kadiwéu, os Kaiowá e os Guaraní. Foram escravizados em seus locais de origem ou retirados para as regiões litorâneas, onde o processo de colonização se dava de maneira mais efetiva. Por outro lado, ocorreu também a miscigenação entre o índio, o branco e o negro, este último vindo à época para trabalhar como escravo nas minas. Assim, “[...] pode-se dizer, a exemplo da sociedade brasileira como um todo, que o povo mato-grossense traz na sua formação social o índio, o branco e o negro, cada qual desempenhando um papel, um tanto ou quanto diferenciado na escala social” (BIANCHINI, 1994, p. 56).

Com a descoberta de jazidas de ouro em Cuiabá por volta de 1718/1719, iniciou-se de fato a ocupação do território de Mato Grosso pelos luso-brasileiros, tornando Cuiabá como centro político decisório de Mato Grosso. Ao passo que, a parte sul de Mato Grosso atribuía-se apenas como “área de passagem” entre Cuiabá e São Paulo. Apenas a partir do início do século XIX, por volta de 1830, que teve início a ocupação do Sul do Mato Grosso por população não indígena (MISSIO e RIVAS, 2019).

Com o esgotamento da produção aurífera em Cuiabá, esta passou a viver o isolamento até a chegada de um novo ciclo econômico que reintegrasse a economia cuiabana ao cenário nacional, desta vez com a borracha, a partir do final do século XIX. Entretanto, esse novo ciclo econômico também não foi capaz de integrar a região sul de Mato Grosso. Foi pela





busca de pastagens que alguns vaqueiros iniciaram a ocupação da porção sul do estado. A introdução do gado nas terras do oeste data dos anos finais do século XVIII, tendo Minas Gerais como grande centro distribuidor (BITTAR, 2009a).

A ocupação da região sul do Mato Grosso ocorreu a partir da migração de pessoas oriundas dos estados vizinhos, como das regiões mais povoadas de Minas Gerais e São Paulo, além do entorno de Cuiabá, para trabalhar com pecuária bovina (MISSIO e RIVAS, 2019). De acordo com Bittar (2009a), além de mineiros e paulistas, a região começou a receber comitivas gaúchas a partir de 1840, tendo esses contribuído para a modernização da agricultura na região.

Após 1840 começaram a chegar também as comitivas gaúchas, que se fixaram na região de Ponta Porã, até então território de jurisdição incerta, mais paraguaio do que brasileiro. Essa corrente, ao contrário da mineira-paulista, não se fez acompanhada de rebanhos. Foi uma marcha exclusivamente humana, em busca de posses novas, já desbravadas e constituídas, com o gado em constante aumento. A expansão dos focos mineiros de pastoreio ocorreu em fins do século XVIII, intensificando-se na primeira metade do século XIX, enquanto que a entrada dos rio-grandenses do sul se avolumou a partir do início da era republicana. (BITTAR, 2009a, p. 48-49)

Entretanto, a região sul do Mato Grosso começou a ganhar importância nacional apenas após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Foi “[...] depois do encerramento da guerra que o sul de Mato Grosso sofreu mais intensamente a ocupação pelos criadores de gado, pois, até então, o território era quase inteiramente povoado pelos Terena, Kadiwéu e Kaiowá/Guarani” (Bittar, 2009a, p. 51). A pecuária bovina persistiu até o final do século XIX como principal atividade econômica, quando se iniciou a exploração da erva mate (MOREIRA, 2012).

Segundo Oliveira (2013a), com o fim da Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai), Thomaz Larangeira, participante da demarcação do limite entre Brasil e Paraguai fornecendo alimentos à comissão demarcadora, constatou grandes ervais nativos e o potencial econômico com sua exploração. Dessa forma, solicitou a licença para explorá-los, obtendo em 09/12/1882, por meio do Decreto n. 8.799 do Governo Imperial. Fundou, então, a Matte Larangeira. Com a exploração da erva mate, os povos indígenas ali presentes foram perdendo





espaço, privados das atividades de coleta de alimentos, submetidos ao trabalho nos ervais. Com o monopólio da exploração e a utilização de mão de obra nativa da região e do Paraguai, a Matte Larangeira demonstrou desinteresse na ocupação da região por migrantes, como os oriundos do sul do país.

Em 1892 ocorreu a entrada da família Murtinho como acionista da empresa, família de políticos articulados com o governo central. Manoel José Murtinho foi primeiro presidente do estado de Mato Grosso, além de ter sido amigo e médico de Floriano Peixoto, presidente do Brasil no referido período. De acordo com Oliveira (2013a), o monopólio da Matte desagradava a população (indígenas, posseiros e produtores independentes) e alguns políticos da região, de modo que “[...] se não fosse a influência política dos acionistas, possivelmente a referida empresa não teria conseguido chegar onde chegou” (OLIVEIRA, 2013a, p.16).

De acordo com Bittar (2009a), essa influência política resultou na obstrução do povoamento da região sul do Mato Grosso até as primeiras décadas do século XX. Para Bianchini (1994), levando em conta “[...] a forma protecionista pelo Estado, à Companhia Matte Larangeira, sem sombras de dúvida, a grande recebedora de vastas concessões de arrendamentos de terras em detrimento da população local” (BIANCHINI, 1994, p. 134).

Portanto, entre o final do século XIX e início do século XX, as principais atividades econômicas na região sul do Mato Grosso foram a pecuária bovina e a extração de erva-mate. A primeira destinada a abastecer o mercado interno, fruto do modelo extensivo e com baixo nível técnico, enquanto que a segunda ocorreu da exploração de plantas nativas, produto de exportação que teve como principal destino o mercado argentino (MISSIO e RIVAS, 2019).

Nessa mesma época, anos iniciais do século XX, outros fatos contribuíram para o processo de expansão econômica da região sul de Mato Grosso, possivelmente a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil tenha sido a de maior impacto.

Segundo Bittar (2009a), a construção da ferrovia tinha como objetivo ligar São Paulo a Goiás e Mato Grosso por terra, alternativa ao transporte fluvial que era utilizado até então, via Rio Paraguai. Entretanto, a ferrovia não chegou à parte norte do estado, limitando-se apenas à região sul, o que contribuiu para o desenvolvimento dos municípios já existentes



(Campo Grande, Aquidauana e Miranda), além de estimular o surgimento de novas cidades (como Três Lagoas). Segundo Missio e Rivas (2019), a ferrovia beneficiou principalmente Campo Grande, que se tornou posteriormente no maior centro comercial e econômico do estado de Mato Grosso.

Quando a ferrovia chegou em Campo Grande em 1914, o município não passava de uma pequena vila sertaneja com cerca de 1.800 habitantes. Nessa região do estado, onde o gado ainda era o protagonista da atividade econômica, as melhorias em comunicação e transporte resultantes da instalação da ferrovia permitiu o impulsionamento dos negócios do gado e das atividades a ele ligadas. Antes mesmo de 1920, Campo Grande atraiu dezenas de famílias, transformando-se em eixo da vida social, política e econômica do sul de Mato Grosso (BITTAR, 2009a).

Em 1921, a instalação do Comando Militar em Campo Grande transformou a pequena cidade no coração da região sul em capital militar do estado. Sua localização geográfica, no centro parte sul do estado, equidistante das fronteiras com a Bolívia e com o Paraguai, além do acesso à ferrovia, permitiram condições logísticas indispensáveis no caso de operações armadas (BITTAR, 2009a).

Nos anos 1930, com o início do governo de Getúlio Vargas em âmbito nacional e os planos de integração e ocupação do Centro-Oeste brasileiro, considerando a intenção de ocupar os “espaços vazios”, foram tomadas algumas medidas para frear o monopólio e enfraquecer a Matte Larangeira, como a taxa de erva mate para exportação e o fortalecimento por meio de incentivos aos produtores do Sul (Paraná e Santa Catarina). Entretanto essas ações se mostraram insuficientes, restando ao governo central a convocação para ocupação do oeste brasileiro, dando início à política de Marcha para o Oeste (OLIVEIRA, 2013a).

Em 1941, o governo central negou a autorização de renovação do contrato de arrendamento à Matte Larangeira, entretanto, a empresa resistiu usando de sua influência política. Em 1942 o governo federal solicitou a liberação da área para a colonização e teve o pedido negado por parte do poder público estadual (OLIVEIRA, 2013a).





Então, foi criado o Território Federal de Ponta Porã em 1943, através do Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, que abrangia as áreas dos municípios de Bela Vista, Dourados, Miranda, Porto Murtinho, Nioaque, parte de Corumbá e Ponta Porã, ficando neste último a capital. De acordo com Oliveira (2013a), a criação desta área como território independente dos poderes do governo estadual de Mato Grosso por um curto período, revela a intenção do Governo Federal no enfraquecimento da Matte Larangeira, já que a área delimitada para a criação do território coincide com a região onde se encontravam a maioria dos ervaais.

Ainda como desdobramento da Marcha para o Oeste, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), por meio do Decreto-Lei n. 5.941 de 28 de outubro de 1943, na região sul do estado de Mato Grosso, região do Território Federal de Ponta Porã. Nela foram distribuídos 8.800 lotes de terra de 30 hectares para famílias pobres, que demonstrassem identidade com o trabalho rural. Os lotes eram doados aos cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, considerados pobres e que se comprometessem a residir no local. Era dada preferência às famílias com maior número de filhos e os lotes não poderiam ser vendidos, alugados, hipotecados, alienados ou transferidos até que se obtivesse o título definitivo de posse (OLIVEIRA, 2013a).

As ideias separatistas do estado de Mato Grosso entre a região norte (Cuiabá) e sul (Campo Grande) tiveram início ainda no fim do século XIX, entretanto, não prosperavam devido aos outros interesses que sobressaíam frente ao processo de separação territorial. Um movimento separatista só passou a existir a partir de 1932, com a criação da Liga Sul-mato-grossense, composta por jovens estudantes no Rio de Janeiro, filhos dos grandes proprietários de terras do sul do Mato Grosso. As ambições da Liga foram frustradas durante o governo Vargas e somente em 1959 surgiu, no município de Campo Grande, um grupo separatista com um manifesto chamado Movimento pró-divisão de Mato Grosso (MACHADO, 2020). Segundo Bittar (2017), havia em Campo Grande uma nova elite política, que passou a rivalizar com os políticos do norte, de Cuiabá, e que desde então, essa nova elite sonhava em ter Campo Grande como a capital do novo estado.





De acordo com Bittar (2009a), os fatores determinantes para o nascimento das ideias divisionistas do sul foram: i) o distanciamento do sul em relação à Cuiabá (capital de Mato Grosso à época); ii) a falta de comunicação eficiente entre as duas regiões devido à distância; iii) o sentimento de não pertencimento, e; iv) o controle burocrático realizado pela região norte. Entretanto, talvez um dos principais fatores para a empreitada divisionista tenha sido a sede de poder almejada pelas elites agropecuárias da região sul. Mesmo com a superioridade econômica e, por vezes, a representatividade política que a região sul do estado detinha perante os poderes Executivo e Legislativo fazia-se indispensável ter um território e uma máquina de governo que pudessem ser “chamados de seus”.

Podemos afirmar que o isolamento em que vivia uma região em relação à outra fez com que se formasse no sul uma classe economicamente poderosa que rivalizava com a do norte e que acabou sobrepujando as oligarquias tradicionais daquela região. Economicamente mais forte, vinha tentando, particularmente após 1930, despojar do aparelho de Estado os grupos que monopolizavam “o governo de Cuiabá”. O que passou a ocorrer foi uma inadequação entre a condição de superioridade econômica dessa classe situada geograficamente no sul e o fato de ela não dispor de um aparelho de Estado próprio, isto é, naquela região de Mato Grosso, pois mesmo quando os sulistas conquistaram maioria na Assembleia Legislativa e passaram a exercer mais vezes que os nortistas a chefia do Executivo, isto não lhes foi suficiente porque, na lógica do separatismo, os recursos financeiros do sul continuariam canalizados para Cuiabá. Não bastaria, portanto, que os grupos economicamente dominantes do sul chegassem a participar do governo “do norte”: para eles, teria que existir um governo no sul. Um governo que finalmente adequasse a condição de classe economicamente dominante desses grupos à de classe dirigente, já que eles tinham tudo, exceto a direção política do Estado, isto é, o aparelho de Estado, o conjunto de toda a administração *no* sul e *do* sul. (BITTAR, 2009a, p. 308-309)

Com o golpe de 1964 e a implantação do regime militar no Brasil, as chances de uma divisão do território nacional quase que se esgotaram, visto o perfil centralizador que tendem a ser os governos ditatoriais. Mas foi no governo de Ernesto Geisel que foi criado o estado de Mato Grosso do Sul, a partir da divisão do antigo estado de Mato Grosso. No governo Geisel foi gestado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e teve a intenção de mudar a configuração geográfica de algumas regiões do país. De uma política de cunho desenvolvimentista, a obsessão em ocupar áreas desintegradas forneceu respaldo para o início





da demanda divisionista. Os estudos geopolíticos de Golbery do Couto e Silva, ministro Chefe da Casa Civil, foram decisivos para a tomada de decisão, sendo considerado o mentor intelectual da divisão (BITTAR, 2017).

Além da geopolítica, a questão política, propriamente dita, foi preponderante para a tomada de decisão de Geisel. Segundo Bittar (2009a), havia a preocupação de Geisel com “os dias de amanhã” frente ao fortalecimento da luta pela redemocratização no Brasil na década de 1970. Assim, além de atender aos anseios da elite agrária do sul, a criação de um novo estado possibilitaria o incremento da base parlamentar do regime militar, considerando uma posterior “abertura controlada” para redemocratização.

E assim ocorreu a divisão do estado de Mato Grosso em 1977, um ato de cima para baixo, imposto pelo governo Geisel. Não houve consulta à Assembleia Legislativa, ao Governo Executivo Estadual ou ao povo mato-grossense, tanto do norte quanto do sul (BITTAR, 2017). De acordo com Bittar (2009a), o processo passou tão distante do conhecimento popular que a “[...] maioria nem sequer soube do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional e da sua aprovação em setembro, só vindo a saber do ato consumado em outubro” (BITTAR, 2009a, p. 316).

Após a divisão, Mato Grosso do Sul ficou com 55 municípios, totalizando uma área de 350,5 mil km², o sétimo maior estado brasileiro. Composto por aproximadamente 1 milhão de habitantes em 1970, o estado recém criado era predominantemente rural, sendo 54,7% dos habitantes residentes na zona rural e 45,3% da zona urbana. A densidade demográfica na época era, portanto, de 2,85 habitantes por km². Na década de 1980 houve a inversão dessa estrutura, em que a população sul-mato-grossense passou pelo processo de urbanização acelerada, vindo a registrar 67% da população na zona urbana (919 mil) e 33% na zona rural (450 mil) (BITTAR, 2009b).

Como herança da ocupação das terras durante o período de Mato Grosso (uno) e sem políticas efetivas de reforma agrária, a grande propriedade rural e a má distribuição de terras são características ainda presentes no atual Mato Grosso do Sul. Segundo Missio e Rivas (2019), foi o estabelecimento das atividades ligadas à criação de gado, entre o final do século





XIX e início do século XX, como a exportação de couro, a produção de charque e exportação de gado em pé, que conduziram ao início da constituição dos grandes latifundiários da região sul de Mato Grosso. Para Bittar (2009b), a má distribuição de terras decorre da implantação da agricultura moderna voltada para atender à demanda externa, com concentrações fundiária e produtiva, em detrimento da produção de alimentos para atender à demanda interna.

De acordo com Bittar (2009b), em 1970, 63% dos estabelecimentos agropecuários detinham menos de 100 hectares e correspondiam a 2% da área total de terras, enquanto que os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais totalizavam 12% do total de estabelecimentos e 84% do total da área.

Em 2017, segundo dados do Censo da Agropecuário de 2017, IBGE (2022), a situação não sofreu alterações significativas. Os estabelecimentos com até 100 hectares correspondiam a 69% do total de estabelecimentos e ocupavam 3% do total da área, enquanto que os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais correspondiam a 10% dos estabelecimentos e 77% da área. Essa estrutura fundiária contrasta com os exemplos selecionados, como os estados do Paraná e São Paulo. No Paraná, por exemplo, 92% dos estabelecimentos tinham até 100 hectares e ocupavam 31% da área, enquanto que os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais correspondia a apenas 1% e ocupava a área equivalente a 26% do total. Os dados estão alocados na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidades e áreas de estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso do Sul, de Unidades da Federação selecionadas e do Brasil em 2017 - em %

Localidade	Até 100 hectares		Mais de 1.000 hectares	
	Quantidade	Área	Quantidade	Área
Mato Grosso do Sul	69%	3%	10%	77%
Mato Grosso	69%	5%	8%	80%
Goiás	74%	13%	3%	47%
Paraná	92%	31%	1%	26%
São Paulo	87%	20%	1%	45%
Brasil	91%	20%	1%	48%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Agropecuário 2017, IBGE (2022).





Do total de 30.549.179 de hectares de Mato Grosso do Sul, aproximadamente 12% foi destinado ao cultivo de lavouras em 2017, conforme Tabela 2. A maior área foi destinada às pastagens, equivalente a 18,4 milhões de hectares ou 60,4% da área total, com destaque às pastagens plantadas em boas condições, que representava 42,8% da área total.

Tabela 2 - Utilização das terras de Mato Grosso do Sul em 2017 - em hectares e %

Utilização	Área (hectares)	Percentual da área total
Lavouras - permanentes	36.968	0,1%
Lavouras - temporárias	3.591.388	11,8%
Lavouras - área para cultivo de flores	1.178	0,0%
Pastagens - naturais	4.913.017	16,1%
Pastagens - plantadas em boas condições	13.065.924	42,8%
Pastagens - pastagens plantadas em más condições	460.894	1,5%
Matas ou florestas - matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	6.026.258	19,7%
Matas ou florestas - matas e/ou florestas naturais	314.418	1,0%
Matas ou florestas - florestas plantadas	1.005.275	3,3%
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	366.853	1,2%
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	767.006	2,5%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Agropecuário 2017, IBGE (2022).

Com o processo de industrialização pesada que passava o Brasil no II PND na década de 1970, Mato Grosso do Sul foi inserido ao mercado nacional como produtor de bens alimentícios necessários ao abastecimento das classes trabalhadoras urbanas emergentes (MISSIO e RIVAS, 2019). De acordo com Bittar (2009b), a principal cultura produzida no estado em 1975 foi o arroz, que correspondia a mais da metade do volume global da produção dos nove principais gêneros cultivados (algodão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja e trigo). Já na década de 1980, em resposta aos interesses comerciais da época, houve mudança nas principais culturas produzidas, passando o protagonismo para a





soja e para a cana-de-açúcar, que totalizavam 80% da produção dos nove principais gêneros cultivados.

Com um dos principais rebanhos bovinos do país, a pecuária sul-mato-grossense assistiu ao crescimento do seu rebanho a partir de moldes ultra extensivos, que mirava a ocupação de vastas áreas com pastagens naturais a fim de formar o gado com baixo investimento tecnológico (BITTAR, 2009b). Já nas últimas décadas do século XX, a pecuária bovina avançou “[...] com base na formação de pastagens artificiais, no melhoramento genético do rebanho e na instalação de indústrias frigoríficas” (BITTAR, 2009b, p. 33), principalmente com a boa adaptação do gado nelore brasileiro.

A indústria de Mato Grosso do Sul está alicerçada nas atividades relacionadas à agropecuária, com destaque para a agroindústria de produtos alimentícios. Conforme já citado, as indústrias de açúcar e álcool e os frigoríficos foram instalados nas décadas de 1980 e 1990. Bittar (2009b) resume bem a estrutura econômica sul-mato-grossense, que de certa forma, cumpre com sucesso sua “vocação” ao agronegócio, pois une a atividade primária aos avanços tecnológicos da área, preterindo a formação de indústrias de alta tecnologia e valor agregado:

[...] persiste uma concepção de estrutura agrária, mesmo que modernizada pelas relações capitalistas de produção, na medida em que o urbano ainda padece da ausência de setores econômicos vinculados a um processo de industrialização orgânico e, por conseguinte, esses novos protagonistas da sociedade sul-mato-grossense ainda não foram capazes de formular um projeto societário que incorpore a herança agrária – econômica e política – ao urbano-industrial nos marcos da revolução técnico-científica. (BITTAR, 2009b, p. 438)

Em resumo, a área do atual Mato Grosso do Sul passou de “área de passagem” no século XVIII a grande produtor e exportador de agropecuários no século XXI. A ocupação do território do sul do Mato Grosso ocorreu inicialmente para a criação de gado, mas somente com o incentivo governamental nos anos 1930, com a chamada “Marcha para Oeste”, houve maior penetração no território a partir da doação de terras para famílias pobres para se estabelecerem no interior do país e garantir o povoamento das áreas “vazias”. No entanto, a





concentração de terra nas mãos de poucas famílias ainda é uma marca registrada do território de Mato Grosso do Sul.

Atualmente o estado se destaca entre os maiores produtores e exportadores de soja, milho e carne, mantendo sua função original na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matérias-primas e de produtos com baixo valor agregado ao mercado externo. Mas, como se sabe, no capitalismo nada é estático. Se observou a instalação de novos capitais, em novas atividades industriais, que certamente buscam extrair as maiores taxas de lucro possíveis, tal como destacou Smith (1988) no processo de diferenciação. Com a grande expansão econômica de Mato Grosso do Sul registrada no período recente (após 2010), cabe analisar se esse progresso resultou em desenvolvimento (econômico e social) ou foi resultado apenas da modernização econômica aliada à conjuntura favorável à alguns setores da economia, assunto que será tratado na próxima subseção.

DESENVOLVIMENTO OU MODERNIZAÇÃO?

O forte crescimento econômico da economia sul-mato-grossense refletiu no aumento da participação do PIB de Mato Grosso do Sul no PIB brasileiro. Em 2010, Mato Grosso do Sul participava com 1,22% do PIB nacional, enquanto que treze anos depois, em 2023, essa participação saltou para 1,69%, acréscimo de 0,47 p.p. no período. Esse aumento resultou no avanço de posição no *ranking* entre as demais Unidades da Federação, passando da 16ª para 15ª maior economia do país. Em termos de PIB *per capita*, o crescimento econômico entre 2010 e 2023 permitiu saltar do 8º maior valor em 2010 para o 6º maior valor em 2023.

De acordo com Furtado (2024), o aumento da renda pode resultar de um dos seguintes processos: i) do desenvolvimento econômico, a partir da acumulação de capital e inserção de processos produtivos eficientes; ii) da exploração de recursos naturais não renováveis, e; iii) da especialização via realocação de recursos considerando um sistema de divisão internacional do trabalho. Assim, a modernização resultaria no aumento da renda e na adoção





de novos padrões de consumo frutos dos processos listados nos processos ii ou iii, ou seja, sem desenvolvimento econômico (FURTADO, 2024).

Desagregando a economia em 12 setores, foram calculadas as taxas médias de crescimento entre 2010 e 2023, conforme apresentado na Tabela 3. Já a figura 1 apresenta a evolução dos doze setores econômicos no período, considerando 2010 igual ao índice 100. Com a taxa média de 6,65% ao ano, a Agropecuária apresentou a maior taxa média de crescimento entre todos os setores. Após o crescimento contínuo até 2015, seguido por um período de maior variação de crescimento até 2022, em 2023 foi registrado crescimento de 55,25% em relação ao ano anterior.

Tabela 3 - Taxa média de crescimento das atividades econômicas em Mato Grosso do Sul - 2023/2010 (em % a.a.)

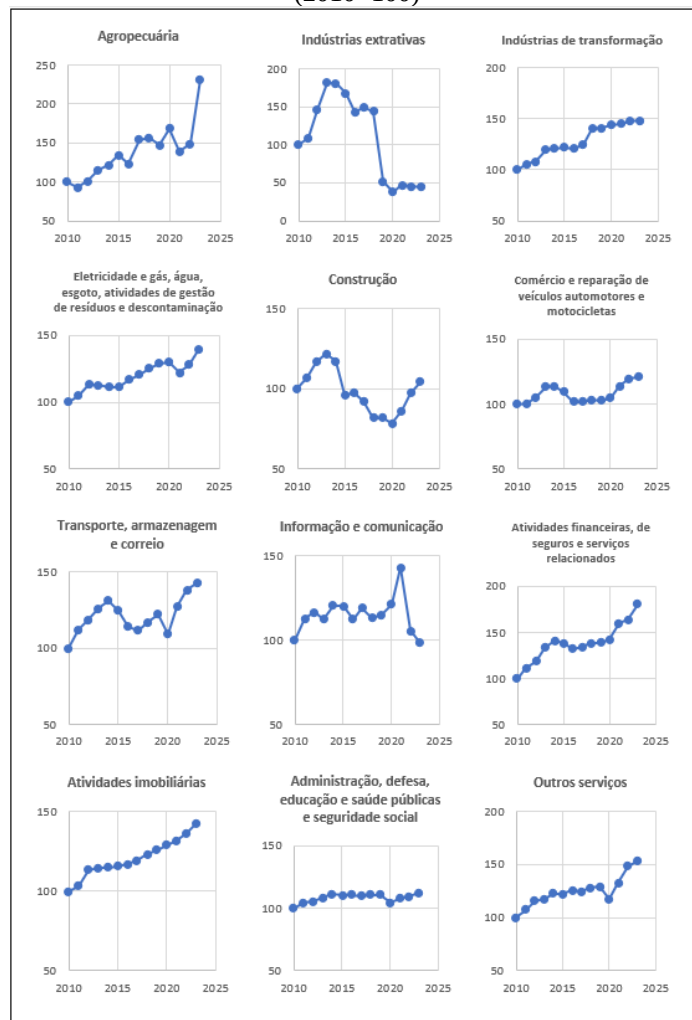
Atividade econômica	Taxa média de crescimento
Agropecuária	6,65
Indústrias extrativas	-6,20
Indústrias de transformação	3,06
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,61
Construção	0,30
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1,48
Transporte, armazenagem e correio	2,78
Informação e comunicação	-0,11
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,67
Atividades imobiliárias	2,76
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	0,88
Outros serviços	3,32

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do Sistema de Contas Regionais, IBGE (2025a).





Figura 1 - Valor adicionado bruto (VAB) por atividade econômica de Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2023 (2010=100)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do Sistema de Contas Regionais (IBGE, 2025a).

Entre os quatro setores da Indústria, apenas dois apresentaram tendência de crescimento ao longo do período: Indústrias de transformação e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que cresceram às taxas médias de 3,06% a.a. e 2,61% a.a., respectivamente. As Indústrias extrativas, embora tivessem apresentado tendência de alta até 2013/2014, apresentou queda em 2015 e mergulhou em uma grande contração em 2019 (-63,88%). De forma semelhante, a Construção iniciou o período



com crescimento, entretanto, apresentou queda após 2014, recuperando-se apenas em 2021, de forma que a taxa média anual de crescimento ficou praticamente constante (0,3% a.a.).

Em Serviços, das sete atividades, apenas Informação e comunicação apresentaram taxa média negativa de crescimento (-0,11% a.a.). Os setores que mais cresceram após 2010 foram Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,67% a.a.), Outros serviços (3,32% a.a.), Transporte, armazenagem e correio (2,78% a.a.) e Atividades imobiliárias (2,76% a.a.). Já as atividades de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas apresentaram desaceleração a partir de 2015, apresentando recuperação apenas em 2021, de modo que a taxa média de crescimento foi de 1,48% a.a. no período. Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social apresentaram tendência de estabilidade, com taxa média de crescimento em 0,88% ao ano.

Portanto, conforme apontado, a Agropecuária foi o setor que mais cresceu entre 2010 e 2023. Na sequência vieram Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, Outros serviços e Indústrias de transformação. Esse ritmo de crescimento alterou a estrutura de produção da economia sul-mato-grossense nesses últimos anos, Quadro 1. Em 2010, a Agropecuária representava 17,23% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total, enquanto que a Indústria representava 22,61% e os Serviços completavam os 60,16% restantes. Após 13 anos, constatamos o crescimento da participação da Agropecuária no VAB total, com 25,92% (mais de ¼ do VAB era representado pela Agropecuária), variação de 8,69 p.p. no período. Em contrapartida, Indústria e Serviços perderam espaço no VAB total. A Indústria passou a representar 22,35% do VAB total (variação de -0,26 p.p.) e os Serviços registraram 51,73% de participação no VAB do estado em 2023 (variação de -8,43 p.p.).

Na participação da Indústria, as Indústrias de transformação ganharam espaço no VAB total, passando de 9,34% em 2010 para 14,77% em 2023, variação equivalente a 5,43 pontos percentuais. Consequentemente, as outras atividades perderam participação, com destaques para as maiores variações em Construção (-2,42 p.p.) e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-2,67 p.p.).



Em Serviços, apenas Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados ganharam participação no VAB total (0,86 p.p.), mas ainda representam uma pequena porção do VAB do estado, com Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e Outros serviços respondendo por 37,5% do VAB total.

Quadro 1 - Valor Adicionado Bruto dos setores econômicos em Mato Grosso do Sul - 2010 e 2023 (em valores correntes e em percentual)

Atividade econômica	2010		2023	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Agropecuária	7.151,6	17,23	41.831,6	25,92
Indústria	9.380,8	22,61	36.058,9	22,35
Indústrias extrativas	420,0	1,01	670,8	0,42
Indústrias de transformação	3.876,9	9,34	23.833,4	14,77
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2.556,2	6,16	5.625,7	3,49
Construção	2.527,7	6,09	5.929,1	3,67
Serviços	24.963,6	60,16	83.478,7	51,73
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	5.535,9	13,34	16.911,4	10,48
Transporte, armazenagem e correio	1.229,7	2,96	3.275,0	2,03
Informação e comunicação	665,2	1,60	1.735,9	1,08
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.149,9	2,77	5.851,1	3,63
Atividades imobiliárias	3.421,5	8,25	12.183,5	7,55
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	8.186,3	19,73	26.829,2	16,63
Outros serviços	4.775,1	11,51	16.692,6	10,34
Total	41.496,0	100,00	161.369,2	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do Sistema de Contas Regionais (IBGE, 2025a).

Ao se observar os dados do Quadro 1, o caso sul-mato-grossense se aproxima da situação de especialização via realocação de recursos, entretanto, inseridos numa especialização produtiva de bens primários, respeitando a imposição externa na divisão internacional do trabalho. Além da produção agropecuária, cabe destacar a participação das Indústria de transformação na dinâmica da economia do estado, já que representavam no último período aproximadamente 15% do VAB total.

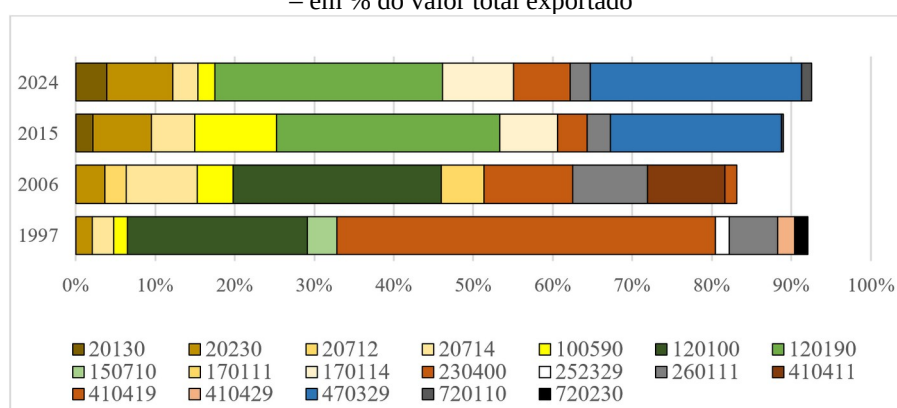
Os dados das exportações evidenciam qual o papel incumbido ao estado de Mato Grosso do Sul para desempenhar no cenário mundial. Desde 1997, início da série histórica





disponível na plataforma do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), os dez principais produtos exportados totalizaram 92% do valor total das exportações, com tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (SH6 230400) e soja, mesmo triturada (SH6 120100), como os principais produtos, com 47,6% e 22,6%, respectivamente, conforme (Figura 2).

Figura 2 - Dez principais produtos (subposição SH6) exportados por Mato Grosso do Sul em anos selecionados – em % do valor total exportado



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Comex Stat (2025).

Em 2006, os dez principais produtos exportados somaram 83% do valor total exportado, sendo a soja, mesmo triturada (SH6 120100), com a maior participação (26,2%), seguido de tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (SH6 230400), com 11,1%. Entre os demais produtos estavam carnes, milho, açúcar, produtos de couro e peles curtidos e minérios. Em 2015, a soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (SH6 120190) passou a ser o principal produto exportado, com 28,1% do valor total exportado no estado. Naquele ano os produtos das indústrias da celulose (pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada – SH6 470329) já representavam 21,6% do valor total exportado, sendo o segundo produto mais relevante da pauta exportadora.

Em 2024, 92,6% das exportações compreendiam apenas dez produtos, permanecendo a soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (SH6 120190) como principal produto



exportado, com 28,6% das exportações. Com 26,6% das exportações, pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (SH6 470329) foi o segundo produto mais exportado naquele ano. Juntos, os dois principais produtos somaram 55% do total exportado. Entre os oito principais produtos exportados estavam carnes de bovino (SH6 20130 e SH6 20230), milho (SH6 100590) e outros açúcares de cana (SH6 170114). Se constata, portanto, a tendência do setor produtivo sul-mato-grossense numa especialização produtiva em setores de baixa e média complexidade produtiva, relacionada aos produtos da agricultura, indústrias extrativas e agroindústrias.

Um dos problemas desse tipo de especialização está relacionado aos baixos efeitos de encadeamentos para frente e para trás nas cadeias produtivas de outros subsetores e dentro do próprio subsetor, ou seja, o baixo impacto que a produção de um setor produz na demanda por bens de outros setores da economia, como é o caso da agricultura (GALA, 2017). No caso das indústrias, considerando as mais importantes em 2024, conforme produção exportada, o estado possuía sua estrutura industrial basicamente composta por agroindústrias: as indústrias de processamento de carnes e de soja, as usinas de produção de açúcar e as indústrias de papel (celulose). Como afirmou Gala (2017), não basta apenas a utilização de mecanização e divisão do trabalho para que a atividade se torne complexa. Ela precisa criar os elos entre os outros setores econômicos, coisa que o agronegócio (agroindústrias), que compreende as indústrias de processamento das *commodities*, realiza parcialmente.

Dados do mercado de trabalho de 2024 (Quadro 2) comprovam que o maior volume de empregos no mercado de trabalho formal nas Indústrias de transformação estava em atividades de produção para o mercado exterior, sendo Fabricação de produtos alimentícios (59.122 vínculos), Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (12.339 vínculos) e Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (6.598 vínculos) as mais relevantes, totalizando juntas 67,6% dos empregos formais das Indústrias de transformação de Mato Grosso do Sul.





Quadro 2 - Quantidade de vínculos das divisões CNAE das Indústrias de transformação em Mato Grosso do Sul – 2024

Divisão	Nome da Divisão	Quantidade de vínculos	Participação percentual
10	Fabricação de produtos alimentícios	59.122	51,2%
11	Fabricação de bebidas	1.450	1,3%
12	Fabricação de produtos do fumo	25	0,0%
13	Fabricação de produtos têxteis	2.111	1,8%
14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3.144	2,7%
15	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	3.439	3,0%
16	Fabricação de produtos de madeira	1.392	1,2%
17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	6.598	5,7%
18	Impressão e reprodução de gravações	915	0,8%
19	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	12.339	10,7%
20	Fabricação de produtos químicos	1.226	1,1%
21	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	77	0,1%
22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2.705	2,3%
23	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	3.556	3,1%
24	Metalurgia	1.776	1,5%
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	4.760	4,1%
26	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	45	0,0%
27	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.664	1,4%
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	989	0,9%
29	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	499	0,4%
30	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	40	0,0%
31	Fabricação de móveis	1.354	1,2%
32	Fabricação de produtos diversos	2.145	1,9%
33	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	4.041	3,5%
Total das Indústrias de transformação		115.412	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS (2024).

De acordo Carvalho e Gala (2020), setores menos complexos tendem a criar empregos de menor qualidade, com remunerações mais baixas. Os empregos para alta qualificação em Mato Grosso do Sul (tais como fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos ou fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos) são poucos pois também são escassas as empresas que necessitam desses profissionais. Essa estrutura concentra altas remunerações em poucas pessoas, enquanto a maioria se mantém com o salário de subsistência, haja vista o elevado exército de reserva disposto a trabalhar.

O Brasil é um país “muito desigual pois tem um sistema produtivo ruim, com baixa complexidade e pouca sofisticação. Faltam oportunidades, faltam bons empregos e faltam





bons salários: não temos nem empresas nem produtos para gerar essas oportunidades” (CARVALHO e GALA, 2020, p. 160). Dessa forma, assim como no caso brasileiro, temos no Mato Grosso do Sul uma estrutura produtiva baseada em bens de baixa complexidade, o que torna a vida aquele que precisa vender sua mão de obra para sobreviver um pouco mais difícil.

Fica evidenciado a “vocação”: estrutura produtiva voltada para o mercado exterior, como produtor primário exportador com base na grande propriedade rural e exportador de produtos das agroindústrias de carnes, de açúcar e de celulose. Ribeiro (2015) acertou ao afirmar que o Brasil passou séculos gastando nossa gente para adoçar a boca do estrangeiro. De forma semelhante, Mato Grosso do Sul permaneceu com a mesma prática, mas desta vez para abastecer o mercado externo com soja e celulose, principalmente o mercado chinês. Em 2025, o mercado chinês representou 45% do valor total exportado por Mato Grosso do Sul. Nos últimos 15 anos, a soja passou de 1,1 milhão de toneladas em 2010 para 5,2 milhões de toneladas em 2025 e pasta químicas de madeira passou de 50 mil toneladas em 2010 para 3,8 milhões de toneladas em 2025, os dois principais produtos demandados por seu principal parceiro comercial.

Com a crise de 2008, a China respondeu com política expansionista, o que ocasionou a elevação dos preços das *commodities*. A partir de então a indústria brasileira sucumbiu à competição internacional, devido aos aumentos dos custos de produção e à apreciação da taxa de câmbio. Ficou mais barato importar produtos industrializados do exterior e exportar nossas *commodities*, resultando em desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora após 2010 (CARVALHO e GALA, 2020).

Chang (2004) destacou que países hoje desenvolvidos utilizaram do expediente que atualmente não recomendam aos países ditos em desenvolvimento. O título de seu livro é sugestivo (Chutando a escada) e denota a estratégia que aqueles que avançaram em termos econômicos e tecnológicos seguiram após o final do século XIX e início do século XX, preservando e reforçando a atuação dos países na divisão internacional do trabalho. Países como EUA, Japão, Alemanha e França investiram pesadamente em avanço tecnológico e





produção de bens complexos, além da utilização de políticas econômicas e comerciais para proteção de suas empresas e seus mercados.

Mas, compreendendo que o processo de desenvolvimento necessita da soberania produtiva e tecnológica, por que nos sujeitamos e aprofundamos nessa estrutura produtiva de baixa complexidade?

Para Ribeiro (2015), a explicação na perpetuação dessa estrutura está calcada nos interesses econômicos das nossas elites. “Não há como negar que a culpa do atraso nos cabe é a nós, os ricos, os brancos, os educados, que impusemos, desde sempre, ao Brasil, a hegemonia de uma elite retrógrada, que só atua em seu próprio benefício” (RIBEIRO, 2015, p. 46). Em resumo, as elites brasileiras não querem que isso se altere pois são elas as principais beneficiadas desse tipo de desenvolvimento econômico. Desenvolvimento voltado para atender o mercado internacional, que nos viabilizou no plano econômico, é o mesmo que nos prende ao atraso, gerando lucros e riquezas para poucos e pobreza para quase todos.

Seu objetivo expresso é preservar o latifúndio improdutivo e aprofundar a dependência externa para manter uma elite rural esfomeadora e enriquecer um empresariado urbano servil a interesses alheios. Todos eles estão contentes com o Brasil tal qual é. Se não anularmos seu poderio, eles farão do Brasil do futuro o país que corresponda aos interesses dos países que nos exploram. (RIBEIRO, 2015, p. 218)

No Mato Grosso do Sul observa-se essa mesma condição. Nessa sociedade cuja grande propriedade rural é mais do que uma condição para a viabilidade do negócio, pois também confere poderes político e econômico, o objetivo de auferir os maiores ganhos possíveis fortalece nossa estrutura econômica existente e direciona as escolhas políticas para o beneficiamento de uma pequena classe primário exportadora como, por exemplo, na construção de infraestrutura voltada ao escoamento dessa produção.





A indústria de transformação existente também não rivaliza com o setor primário exportador, ao contrário, se mantêm unidas. As plantas existentes reforçam a condição estrutural pois dela se alimentam. Não há contradição entre elas, já que se observa uma simbiose e organicidade, uma vez que nesta “[...] o ‘moderno’ cresce e se alimenta do ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 2013b, p. 32).

A grande propriedade rural, equipada com grandes e modernas máquinas e beneficiada com o acesso facilitado ao crédito que sua própria condição proporciona, está voltada para produção de poucas culturas cujo destino é o mercado internacional. Já as pequenas propriedades rurais (45% das propriedades rurais possuíam até 20 hectares em 2017), geralmente da agricultura familiar, produzem para subsistência e abastecimento dos municípios. São pequenos produtores que muitas vezes carecem de apoio técnico, de crédito e de maquinário para a produção, mas que auxiliam na oferta de alimentos das populações urbanas, tradicionalmente em feiras ou em bancas improvisadas nas ruas das cidades.

Nas indústrias de transformação, observa-se o avanço de grandes plantas e a modificação do território antes dominado por vastos pastos para a criação bovina. Nas indústrias relacionadas à produção pecuária, vimos frigoríficos para abate e processamento de carne e laticínios para processamento e beneficiamento de leite e derivados. Além dessas, usinas para produção de açúcar e álcool a partir da cana-de-açúcar e, mais recentemente, as grandes indústrias de papel e celulose que têm alterado substancialmente a estrutura produtiva de algumas regiões, tanto com a movimentação da indústria da construção civil e do comércio em sua fase inicial quanto com o estabelecimento posterior da silvicultura e da indústria de transformação na oferta de empregos e na participação do PIB.

Constatado o avanço do PIB *per capita* de Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2023, que no primeiro período era 12% superior à média do PIB *per capita* das Unidades da Federação, sendo o 8º maior no país, saltando para o 6º maior valor em 2023, com valor 42% acima da média do PIB *per capita* das Unidades da Federação, o progresso econômico foi acompanhado da manutenção de sua condição primário exportadora, mas agora com a inclusão de um setor industrial (indústria de transformação) focado na agroindústria, que





mantém sua estrutura econômica voltada à produção de produtos de média e baixa complexidades.

Portanto, a economia sul-mato-grossense se modernizou no período após 2010, com especialização nos setores que o mercado internacional condicionou. Cabe examinar se os avanços econômicos frutos desse processo de modernização, apresentados pelo forte crescimento do PIB e PIB *per capita* e da manutenção de sua estrutura primário exportadora e bens da agroindústria, refletiram na melhoria das condições de vida da população como um todo, assunto que será apresentado na próxima subseção a partir da análise comparativa de indicadores socioeconômicos no tempo e no espaço.

PARA ALÉM DO PIB

Quando o objetivo é a melhoria do bem estar da população, nem sempre o aumento do investimento ou o crescimento do PIB são as melhores alternativas para atingi-lo. Foi o que demonstrou Furtado (2024), quando argumentou que o investimento é o aumento da capacidade produtiva através de determinado custo social, o que não está relacionado diretamente ao aumento do bem estar social. Se, por exemplo, o aumento do bem estar social estiver condicionado à melhoria da dieta infantil, o objetivo passa ser alcançado mais rapidamente por políticas de redução de consumo supérfluo de uma minoria abastada do que pelo aumento dos investimentos.

Nesta seção, foi utilizada a análise comparativa de um conjunto de indicadores que buscam captar se no período pós 2010 houve avanços ou retrocessos nas variáveis socioeconômicas, condições que afetam diretamente na qualidade de vida da população. O método comparativo pode servir para comparações de “grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quando entre sociedade de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento” (MARCONI e LAKATOS, p. 107, 2003).





É utilizado tanto em estudos de largo alcance como em questões mais pontuais, assim como pode ser empregado em análises qualitativas e quantitativas (Marconi e Lakatos, 2003). Para tanto, foram elegidas as seguintes dimensões do desenvolvimento: i) econômica; ii) saúde; iii) educação; iv) ambiental; v) violência; e vi) social.

Na dimensão econômica foram selecionadas as variáveis remuneração média, informalidade, desemprego e nível de instrução da mão de obra. Para medi-las, foram utilizados os seguintes indicadores, respectivamente: i) rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$/mês); ii) proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, em trabalhos informais; iii) taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, e; iv) pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com nível superior. Todas as variáveis foram fornecidas pela Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2023) e correspondem aos períodos de 2012 e 2023.

Na dimensão saúde, as variáveis e os respectivos indicadores foram: i) mortalidade infantil (taxa de mortalidade até cinco anos de idade); ii) acesso a médicos (médicos por 10 mil habitantes), e; iii) quantidade de leitos (número de leitos para internação por 10 mil habitantes). Os dados são do Ipeadata (2025) e os períodos analisados foram de 2010/2022 (variável i) e 2010/2024 (variáveis ii e iii). Nesse sentido, procurou-se captar o nível de qualidade e a disponibilidade de atendimento da saúde nos estados brasileiros.

Na dimensão educação, as variáveis foram taxa de analfabetismo e população com ensino superior. Os indicadores selecionados foram: i) taxa de analfabetismo em pessoas com 15 anos ou mais, e; ii) percentual da população com 25 anos ou mais com ensino superior completo. As variáveis foram obtidas do Ipeadata (2025) e compreenderam os anos de 2010 e 2022, na primeira, e 2016 e 2024, na segunda.

Na dimensão ambiental, foram selecionadas as emissões líquidas de gases do efeito estufa e o percentual de pessoas cujo lixo domiciliar não é coletado.





As emissões de gases do efeito estufa correspondem às emissões líquidas (resultado das emissões brutas descontadas as remoções de carbono por florestas secundárias e áreas protegidas) emitidos pelos setores da Agropecuária, de Energia, da Mudança de uso da terra e florestas, de Processos industriais e de Resíduos, fornecidos pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG, 2026), para os anos de 2010 e 2024.

Já o indicador que retrata o destino inadequado do lixo domiciliar apresenta o percentual de pessoas em que o lixo domiciliar não é coletado diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza, ou seja, foi queimado, enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro ou teve outro destino, fato que indica a necessidade de melhorias na gestão dos resíduos. Dado da Síntese de Indicadores Sociais, IBGE (2023).

Na dimensão violência, foram utilizados a taxa de óbitos por armas de fogo (por 100 mil habitantes) e a taxa de homicídios (por 100 mil habitantes), indicadores do Atlas da Violência – Ipea (2022) e do Ipeadata (2025), respectivamente. Na primeira, os dados são dos anos de 2010 e 2022 e, na segunda, de 2010 e 2023. Em regiões com altos índices de violência, a liberdade da população fica comprometida, o que resulta em um ambiente de maior incerteza, que pode impactar na concretização de investimentos produtivos e de progresso econômico, além de tendência negativa sobre o desenvolvimento social.

Por fim, na dimensão social foram analisados os indicadores de pobreza, desigualdade e saneamento básico. Como primeiro, foi utilizada a taxa de pobreza nacional, que corresponde à proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional, sendo 5,50 dólares por dia, convertidos pela PPC 2011 (R\$1,66/US\$) e US\$ 6,85 convertidos pela PPC 2017 (R\$2,32/US\$) em 2024, do Ipeadata (2025).

Para demonstrar os níveis de desigualdade em Mato Grosso do Sul e nas demais UF's, foram utilizados o índice de Gini (quanto mais próximo de 1, mais desigual) do Ipeadata (2025) e a razão entre os rendimentos médios (10/40) da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2023), que apresenta a proporção entre o rendimento médio dos 10% mais ricos com o rendimento médio dos 40% mais pobres.





Para a variável saneamento básico foram utilizados os indicadores: i) proporção de pessoas com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico, da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2023), e; ii) taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene, disponibilizada no Sidra (IBGE, 2025c).

Como método de análise, os dados do estado de Mato Grosso do Sul foram comparados ao valor registrado no âmbito nacional e ao parâmetro do conjunto das Unidades da Federação. Para este, foi utilizada a média como medida de posição. Conforme Hoffmann (2015), a média, assim como outras medidas de tendência central, é medida de tendência de um conjunto de dados que mostra o valor em torno do qual se agrupam. Ela possibilita, então, caracterizar de maneira concisa um conjunto de dados.

A média ou média aritmética equivale ao resultado da divisão da somatória dos dados pelo número de observações. Os valores também foram organizados em ordem decrescente, gerando os *rankings* das Unidades da Federação, possibilitando a verificação da atual situação da variável em questão frente ao conjunto dos estados brasileiros e ao longo do tempo.

Por fim, os dados foram apresentados em um gráfico de radar, no qual apresentam as razões entre os valores apresentados pelo estado de Mato Grosso do Sul (numerador) pelo valor médio constatado nas Unidades da Federação (denominador) em cada período, multiplicados por 100.

Dessa forma, valor acima de 100 indica que, naquele período, o valor apresentado em Mato Grosso do Sul foi superior ao valor médio das UFs. Já o inverso, valor abaixo de 100, indica que a variável em Mato Grosso do Sul apresentou valor inferior à média das UFs. Temos, portanto, a visualização gráfica da evolução (ou não) das variáveis do estado com relação ao parâmetro.





Quadro 3 – Indicadores de mensuração das dimensões de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, Brasil e Unidades da Federação (média)

Dimensão	Variável	Descrição	MS		Brasil		UFs (média)	
			Período inicial	Período final	Período inicial	Período final	Período inicial	Período final
Econômico	Remuneração média	1 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$/mês)	2747,3	3043,2	2717,8	2889,9	2456,9	2634,9
	Informalidade	2 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, em trabalhos informais (em %)	39,7	38,8	41,1	40,7	47,4	46,6
	Desemprego	3 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (em %)	6,1	4,7	7,4	7,8	7,9	7,9
	Nível de instrução da mão de obra	4 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com nível superior	12,4	23,7	14,1	23,1	12,4	22,1
Saúde	Mortalidade infantil	5 - Taxa de mortalidade até cinco anos de idade - Óbitos por mil	18,5	15,1	18,6	15,5	20,2	17,0
	Acesso a médicos	6 - Médicos por 10.000 habitantes	13,5	25,4	14,9	25,4	12,6	22,3
	Quantidade de leitos	7 - Número de leitos para internação por 10.000 habitantes	23,8	20,0	23,7	21,3	22,5	21,2
Educação	Taxa de analfabetismo	8 - Taxa de analfabetismo - pessoas com 15 anos ou mais (em %)	7,7	5,4	9,6	7,0	12,1	8,8
	População com ensino superior	9 - Pessoas com o ensino superior completo (em %)	14,5	22,9	15,4	20,5	14,0	19,2
Ambiental	Emissões de gases do efeito estufa	10 - Emissões líquidas de CO ₂ e (t) GWP-AR5	68,7	63,5	1311,5	1488,6	46,4	52,9
	Destino inadequado do lixo domiciliar	11 - Percentual de pessoas cujo lixo domiciliar não é coletado	7,9	7,6	10,5	8,0	14,1	10,8
Violência	Taxa de Óbitos por Armas de Fogo	12 - Taxa de Óbitos por Armas de Fogo (por 100 mil habitantes)	14,5	11,6	19,7	16,8	20,8	20,2
	Taxa de homicídios	13 - Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)	26,8	20,7	27,8	21,2	31,3	26,7
Social	Pobreza	14 - Taxa de pobreza nacional	26,8	17,5	34,7	23,1	41,3	28,0
	Desigualdade	15 - Índice de Gini	0,476	0,455	0,540	0,506	0,519	0,488
		16 - Razão entre os rendimentos médios (10/40)	10,2	9,8	12,5	11,9	12,2	11,6
	Saneamento básico	17 - Proporção de pessoas com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico (%)	49,9	55,5	64,0	66,1	47,4	51,2
		18 - Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene (óbitos por 100 mil habitantes)	11,5	5,5	5,8	4,4	5,9	4,7

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

De modo geral, os indicadores da dimensão econômica apresentaram boa evolução no intervalo analisado, com crescimento da remuneração média, baixas taxas de desemprego, queda da informalidade e crescimento do nível de instrução da mão de obra, conforme dados dos Quadros 3 e 4. Com relação às variáveis relacionadas à área da saúde, destacaram-se positivamente a queda da taxa de mortalidade infantil e o aumento da oferta de acesso



médico. Já, a variação na quantidade de leitos disponíveis por 10 mil habitantes tornou Mato Grosso do Sul um dos últimos do *ranking* nesse critério. Nas variáveis da dimensão educação houve avanços tanto na queda da taxa de analfabetismo quanto na qualificação da população (nível superior).

Quadro 4 - Variações percentuais dos indicadores de Mato Grosso do Sul e do Brasil e posição do estado nos *rankings* das Unidades da Federação

Dimensão	Variável	Indicador	Variação percentual (MS)	Variação percentual (Brasil)	Variação no <i>ranking</i> entre as Unidades da Federação	Posição no <i>ranking</i> das Unidades da Federação no último período
Econômico	Remuneração média	1	10,8%	6,3%	+1	8°
	Informalidade	2	-2,3%	-1,0%	-2	19°
	Desemprego	3	-23,8%	5,1%	+4	24°
	Nível de instrução da mão de obra	4	90,7%	63,8%	+5	7°
Saúde	Mortalidade infantil	5	-18,4%	-16,7%	+1	18°
	Acesso a médicos	6	87,4%	70,2%	0	9°
	Quantidade de leitos	7	-16,1%	-10,0%	-10	20°
Educação	Taxa de analfabetismo	8	-29,7%	-27,2%	0	21°
	População com ensino superior	9	57,9%	33,1%	+8	4°
Ambiental	Emissões de gases do efeito estufa	10	-7,6%	13,5%	+1	10°
	Destino inadequado do lixo domiciliar	11	-3,9%	-23,9%	-4	16°
Violência	Taxa de Óbitos por Armas de Fogo	12	-20,1%	-14,8%	+5	23°
	Taxa de homicídios	13	-22,8%	-23,7%	+3	21°
Social	Pobreza	14	-34,7%	-33,4%	-1	19°
	Desigualdade	15	-4,4%	-6,3%	-2	23°
		16	-4,4%	-4,2%	-2	18°
	Saneamento básico	17	11,2%	3,2%	+1	11°
		18	-52,2%	-24,1%	+8	9°

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).



Na dimensão ambiental, ficou demonstrado a melhoria nos indicadores apresentados, emissões líquidas de gases do efeito estufa e destino inadequado do lixo domiciliar, embora o primeiro ainda tenha apresentado percentuais acima da média e mediana das Unidades da Federação, ficando entre os principais emissores do país, e o segundo tenha apresentado taxa de variação mais baixa que o constatado no país e piora no *ranking* desta variável.

Nas questões sobre violência, Mato Grosso do Sul apresentou bons indicadores, com quedas dos percentuais das variáveis durante o período, se mantendo entre as mais baixas taxas do país. Nos indicadores que trataram sobre a desigualdade, destaca-se que embora tenha registrado melhoria nas taxas no período (índice de Gini e razão 10/40), outros estados apresentaram evoluções mais significativas, piorando as colocações de MS nos *rankings*.

Por fim, os dois indicadores que tratam da infraestrutura retratam que apesar dos avanços, Mato Grosso do Sul possui margem para melhoria das condições de saneamento básico para a população, pois os dois indicadores apresentaram níveis inferiores aos de comparação (Quadro 3).

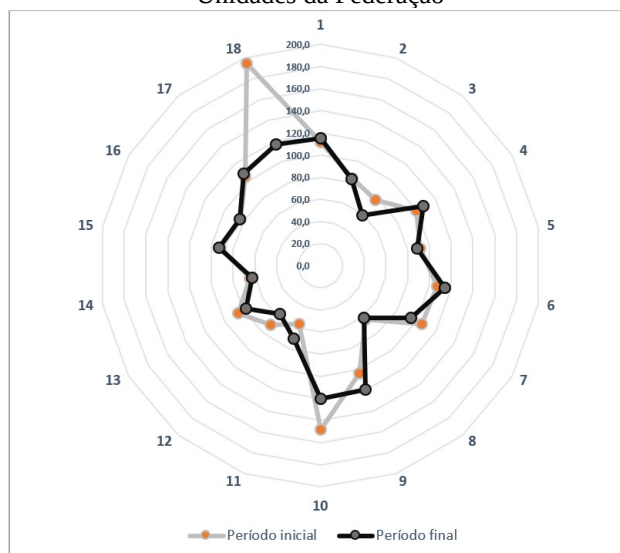
Quando comparados às taxas médias das Unidades da Federação (Figura 3), percebe-se que os avanços em vários indicadores de Mato Grosso do Sul coincidem com avanços na média dos indicadores das Unidades da Federação, de modo que muitos não se “descolaram” durante este período.

Dos 18 indicadores, nota-se que pelo menos 8 mantiveram relações muito próximas nos dois períodos, ou seja, os avanços que alguns indicadores do estado apresentaram em termos absolutos e relativos foram acompanhados por avanços dos indicadores das Unidades da Federação (média), mantendo a relação entre os valores constatados em MS e a média das UFs praticamente inalterado ao longo do tempo.





Figura 3 – Razão entre os valores dos indicadores de Mato Grosso do Sul e a média das Unidades da Federação



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Os indicadores que apresentaram pequenas variações na relação dos valores entre os dois períodos foram: remuneração média (1), informalidade (2), mortalidade infantil (5), taxa de analfabetismo (8), pobreza (14), índice de Gini (15), razão entre os rendimentos médios 10/40 (16) e proporção de pessoas com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico (17). Esse grupo representa aproximadamente 45% do total de indicadores. Já as relações que apresentaram as maiores variações no período foram dos indicadores emissões de gases do efeito estufa (10) e taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene (18).

Conclui-se, portanto, que houve avanços em vários indicadores analisados, identificados tanto pelas variações percentuais entre os períodos quanto pelas posições ocupadas nos *rankings* entre as Unidades da Federação (especialmente nas dimensões econômica, de saúde, educação e violência). Entretanto, cabe ressaltar que os resultados observados em vários desses indicadores de Mato Grosso do Sul acompanharam, em grande medida, a tendência de evolução verificada na média dos estados brasileiros. Assim sendo, mesmo diante do bom cenário constatado, indicadores relacionados à desigualdade e à



infraestrutura ainda merecem atenção. No primeiro caso, observa-se uma redução mais lenta da desigualdade em comparação com as demais Unidades da Federação e com a média nacional; no segundo, evidencia-se a persistência de fragilidades no acesso à infraestrutura de saneamento básico, ainda insuficiente para uma parcela significativa da população sul-matogrossense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mato Grosso do Sul foi inserido, assim como o Brasil a partir da década de 1990, seguindo os dogmas das teorias ortodoxas, numa divisão internacional do trabalho na qual deveria se especializar na produção de bens com vantagens comparativas. Em outras palavras, deveria concentrar seus esforços e recursos naquilo que melhor produz (produtos primários) em troca da importação de produtos com maior valor agregado de países estrangeiros. Os frutos disso se refletiram na paisagem. Em consequência disso, observa-se grandes plantações de cereais destinados à exportação, silos de armazenamento, vastas pastagens para criação de gado de corte, grandes áreas de canaviais para produção de álcool e açúcar e imensas florestas plantadas para as recentes unidades industriais da celulose.

Nos tornamos reféns da demanda externa para a produção da agropecuária de exportação, assim como Ribeiro (2015) afirmou sobre o Brasil, formado para atender aos reclames alheios, no qual sacrificamos o sangue do brasileiro para adoçar a boca do estrangeiro, continua-se produzindo cereais e outras *commodities* para exportação, enquanto isso, importamos produtos industrializados do exterior.

Reconhece-se, portanto, que se trata de um sistema capitalista de produção cujo objetivo final do capital é a reprodução e a acumulação. Para as elites econômicas, donas dos meios de produção, que herdaram um território completo (econômica e politicamente) em 1977, é indiferente qual seja o setor produtivo dominante, pois o que realmente importa é que se cumpra o papel na produção e na realização de lucros. Como o objeto de análise é um estado em que a classe agrária sempre desempenhou papel de liderança política e econômica,





a manutenção e o crescimento do setor primário fazem total sentido do ponto de vista de seu próprio retorno econômico e financeiro. Coexistem nesse mesmo território resquícios do atrasado e a pujança do novo. É a presença da agricultura de subsistência em uma região e as grandes propriedades primário exportadoras em outra. A falta de dinamicidade econômica de setores pouco produtivos e o crescimento impulsionado pela instalação de fábricas gigantescas.

Bons indicadores econômicos foram identificados, destacando elevadas taxas de crescimento econômico, baixos índices de desemprego, aumento de exportações, entre outras, entretanto, constatamos que essa evolução ocorreu baseada na manutenção ou fortalecimento do *status quo*. A atividade econômica do estado está estruturada basicamente nas produções de soja, de milho, de carne e de celulose. São atividades que, embora em algumas delas existam algum nível de industrialização, exercem baixos efeitos de encadeamento para frente e para trás sobre outros setores econômicos, conforme destacado por Carvalho e Gala (2020). São setores que não oferecem bons empregos, que não demandam alta qualificação e que oferecem baixas remunerações. Geralmente, concentram bons salários a uma pequena elite, que no caso de Mato Grosso do Sul, não representava mais do que 8% dos empregados (empregados que receberam acima de 5 salários mínimos em 2022).

Dessa forma, durante o período de rápido crescimento econômico pelo qual Mato Grosso do Sul percorreu na última década, constata-se que o pleno desenvolvimento social e econômico ainda não foi alcançado. Porém, os indicadores pesquisados revelam que foi iniciado e está em curso um processo de desenvolvimento marcado por grandes contradições e desigualdades. Atualmente, este processo se aproximou mais ao de modernização, com aumento da renda resultante da especialização via realocação de recursos considerando um sistema de divisão internacional do trabalho, conforme Furtado (2024), com avanços em algumas dimensões do desenvolvimento e fragilidades em outras. O processo de desenvolvimento pleno de Mato Grosso do Sul só será possível quando toda população puder colher os frutos dos avanços sociais que possibilitem melhores condições de vida (renda, emprego, saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, segurança, redução da pobreza e





desigualdade etc), atrelado ao processo de reestruturação econômica no qual os benefícios do aumento de renda não sejam capturados exclusivamente por uma elite econômica que colhe hoje os frutos da herança histórica da formação e ocupação do território.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. 1994. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 1994.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**, volume 1: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. 2009. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009a

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**, volume 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. 2009. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009b

BITTAR, Marisa. O inesperado 1977: quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, MS, v. 11, n. 22, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/7955>. Acesso em: 26 mai. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **FGV EESP – Textos para Discussão**, n. 157, dez. 2006, p. 1-24. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/2a478201-dc81-42d8-9edb-dee64e5d81c6>. Acesso em: 04 maio 2025.

CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**: Estatísticas mensais do emprego formal. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2026/fevereiro/pagina-inicial>. Acesso em: 30 nov. 2025.

CARVALHO, André Roncaglia de; GALA, Paulo. **Brasil, uma economia que não aprende**: novas perspectivas para entender nosso fracasso. 1. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2020. CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.





COMEX STAT. Base de Dados: dados gerais e por municípios. 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 26 dez. 2025.

COSTA, Fábio Rodrigues da. **A irracionalidade do desenvolvimento no capitalismo:** acumulação, desigualdade e crise. 1.ed. Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Ubu Editora, 2024.

GALA, Paulo. **Complexidade econômica:** uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. 1.ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

HOFFMANN, Rodolfo. Medidas de Tendência Central. In: HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas.** 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2015, p.31-45.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário:** 2017/IBGE. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 28 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais.** 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=38475>. Acesso em: 13 ago. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de contas regionais:** PIB pela ótica da produção (2010-2022) – especiais. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=41862>. Acesso em: 27 mai. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de contas regionais:** PIB pela ótica da produção (2010-2023) – especiais. 2025a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=45139&t=resultados>. Acesso em: 25 dez. 2025.





IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2025b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em: 22 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 8191. 2025c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/8191>. Acesso em: 14 ago. 2025.

IPEA. **Atlas da Violência**, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

IPEADATA. **Base de Dados Sociais**. 2025. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 14 ago. 2025

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, fev. 2007, p. 7-10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100002>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MACHADO, Andréia de Arruda. **Mato Grosso do Sul e sua história**: em perspectiva o período divisionista (1977-1998). 2020 (Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai - MS, 2020).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MISSIO, Fabricio José; RIVAS, Rozimare Marina Rodrigues. Aspectos da Formação Econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 601-632, jul.-set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/p3tdZYfVzwyjL8rgWwK69qr/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MOREIRA, Danilo Leite. Dos espaços "vazios" ao processo de colonização particular: uma breve história do processo de ocupação do sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. **Revista Pitágoras**, v. 3, 2012. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170602113823.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2025.





OLIVEIRA, Benícia Couto de. Desdobramentos da Marcha para Oeste na fronteira Brasil-Paraguai: colonizar era preciso. In: OLIVEIRA, Benícia Couto de (Org.). **Histórias que (re)contam história**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2013a, p. 13-28.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013b.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, maio/ago, 2002, p. 37-48. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 11 mai. 2025.

RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais – MTE. 2024. Disponível em: <https://bi.trabalho.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 07 abr. 2026.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. 2. ed. São Paulo: Global, 2015.

SEEG. **Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa**. 2026. Disponível em: <https://seeg.eco.br/dados/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

SEMADESC. Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2025**. Campo Grande: SEMADESC, 2025. Disponível em: <https://www.semalesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/Perfil-Estatistico-de-Mato-Grosso-do-Sul-2025.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2025.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 4, dez. 2006, p. 1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512006000400011>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Recebido em: 25/06/2026

Aprovado em: 17/07/2026

Publicado em: 13/08/2026

